

AMOR LIVRE É PLEONASMO: A NÃO MONOGAMIA COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO DE CORPOS E EXISTÊNCIAS FEMININAS¹

Eixo Temático: Gênero, Sexualidade e Religião

Camila Pineze Martins ²

RESUMO

No presente trabalho, apresento o esboço de um artigo que, por meio de perspectivas da teoria feminista e da crítica decolonial, pretende politizar a instituição do casamento e seu papel na supressão da autonomia sexual - e reprodutiva - das mulheres. A pesquisa se apresenta em três momentos: no primeiro, objetiva-se a investigação da relação entre o casamento e o sistema colonial capitalista e cristão; num segundo momento, o levantamento de fatores históricos que indicam a relação proporcional da ascensão masculina no âmbito público e a domesticação de mulheres por meio do matrimônio; no terceiro e último momento do esboço da pesquisa, objetiva-se investigar a não-monogamia como um contra-dispositivo à norma e como um instrumento rumo à liberdade e autonomia sexual de mulheres.

Palavras-chave: Monogamia; Feminismo; Sexualidade; Controle; Reprodução

INTRODUÇÃO

A colonização do que se chama hoje por Novo Mundo ocorreu sob a insígnia da cruz cristã, protagonizada por europeus num contexto econômico de ascensão do capital. Esse território já era habitado por povos muito antigos, cujos saberes, práticas e cosmologias foram substituídos pela norma de organização social européia daquele tempo.

O corpo das mulheres, nesse sentido, assim como o território, foi privatizado e colocado a serviço do capital, a fim de gerar lucro e perpetuar uma das estruturas

¹ Trabalho vinculado ao Grupo de estudos e pesquisa em Democracia, Constituição e Direitos Humano-Fundamentais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e ao Grupo de Pesquisa em Gênero e História da Universidade de São Paulo (USP)

² Pós graduada em ciência política e direito constitucional pela União Brasileira de Faculdades. E-mail: camilapineze@gmail.com

basilares desse novo modelo de sociedade: A família nuclear, patriarcal, monogâmica, heterocisnormativa, e cristã.

O cristianismo e o pátrio poder sustentaram a privatização do corpo feminino como ferramenta de reprodução social. Esse movimento está profundamente relacionado ao acúmulo de capital por parte do *pater familias*, notoriamente manifestado pelo acordo legal que transfere a mulher da propriedade de seu pai para a propriedade de um homem.

Diante do exposto, portanto, objetiva-se analisar a monogamia enquanto sistema de controle repressivo à libertação sexual de corpos femininos, bem como aferir criticamente as raízes desse sistema que privatiza corpos e afetos. O presente trabalho desenvolve-se em três momentos. Para a construção deste, adotou-se, no primeiro e segundo momentos a análise bibliográfica por meio da abordagem histórica, de maneira qualitativa, de aspectos históricos a respeito da influência das religiões e da domesticação, relacionada ao trabalho doméstico não remunerado e a maternagem, nos corpos femininos. No terceiro momento da pesquisa, com base no método dialético e qualitativamente, é feita também uma pesquisa bibliográfica, agora no tangencial à crítica feminista à monogamia haja vista que o que se lê da sociedade é resultado de um contexto social que, no caso do presente trabalho, é imposto como norma, exercendo controle religioso e mercantil sobre os corpos femininos desde seus primórdios.

Importante ressaltar que os aportes escolhidos partem, majoritariamente, de epistemologias feministas que interseccionam com abordagens da história, antropologia, ciências sociais, filosofia, dentre outras que também são tangenciadas na elaboração do escopo do projeto acadêmico. As análises levantadas ressaltam uma nítida correlação entre o sistema monogâmico e a economia capitalista, a divisão sexual do trabalho e também o ideal de castidade apregoado pela igreja católica ao longo dos séculos. Fazendo-se possível concluir que a subversão a essa norma requer a subversão de diversas outras normas basilares da sociedade patriarcal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Oyèrónké Oyèwùmí (2004) entende o sistema da família nuclear como uma forma especificamente europeia e generificada, estruturada na centralidade da unidade conjugal. A composição desta se dá por uma única família no espaço privado da casa e

numa formação marcada pela mulher subordinada, o marido patriarca e os filhos. O homem é visto como chefe, provedor, ao passo que cabe à mulher o ambiente doméstico e o cuidado.

Essa forma generificada de família se manifesta na hierarquia e na opressão que se articulam dentro dela. A identificação com base no gênero faz com que as filhas se identifiquem com mulheres, mãe ou irmãs, ao passo que aos filhos recai a identificação de gênero que os assemelha ao pai e aos irmãos. Sendo assim, a sociedade é representada enquanto família nuclear, não havendo espaço para outros adultos. (OYÈWÙMÍ, 2004)

A família nuclear, portanto, é um modelo de família indevidamente universalizado e, à medida que a categoria “esposa” se enraíza na família nuclear, possui identidade determinante ao passo que, os outros relacionamentos, quando existentes, são secundários. Mães, nesse sentido, então, são esposas, o que faz com que seja presumida a inexistência da figura da mãe dissociada de um pai com quem possui laços sexuais.³ Nessa esteira, a formação de casais por meio do casamento é colocada como base da divisão sexual do trabalho. (OYÈWÙMÍ, 2004)

Silvia Federici (2019c) afirma que a reprodução humana é fundamento de todo sistema político e econômico e que o capital sucede ao negar salários ao trabalho doméstico, obtendo uma enorme quantidade de trabalho praticamente de graça e também ao transformar esse tipo de serviço num ato de amor, fazendo com que as mulheres procurem esse trabalho como se fosse a melhor coisa de suas vidas, combinando serviços físicos, emocionais e sexuais e propiciando que o capital crie a personagem específica da dona de casa como criada, cujo trabalho é pesado e, ainda assim, invisível.

Federici (2019c, p. 46-51) afirma que uma vez que o trabalho doméstico é naturalizado e sexualizado, posto como um atributo feminino, todas as mulheres se caracterizam por ele, ou seja, ainda que não sirvam a um homem, estão todas em uma relação de servidão com o mundo masculino como um todo. A autora ressalta a reivindicação de mulheres a chamar de trabalho o que de fato é trabalho para que, eventualmente, possam redescobrir o que é amar e criar suas sexualidades e afirma ser comum ouvir que “uma mulher pode realizar qualquer trabalho sem perder sua

³ Disso se explica a popularidade do oxímoro “mãe solteira”. (OYÈWÙMÍ, 2004)

feminilidade”, fazendo-se entender que, independente do que faça, uma mulher continuará sendo uma “buceta”.

Sendo assim, a família é a institucionalização do trabalho não assalariado de mulheres e a repressão sexual na família é uma função de controle onde pais, irmãos e maridos atuam como agentes estatais para supervisionar o trabalho sexual e certificar de que mulheres providenciem serviços sexuais de acordo com as normas de produtividade estabelecidas e socialmente sancionadas. De forma mais liberada ou mais repressiva, a sexualidade feminina está sob controle. A lei, a medicina e a dependência econômica de mulheres aos homens garantem que, embora as regras tenham sido flexibilizadas, a espontaneidade é descartada da vida sexual das mulheres. (FEDERICI, 2019c)

Silvia Federici (2019a) reflete sobre a politização da sexualidade quando, no período da caça às bruxas, a sexualidade feminina foi condenada como fonte de todo mal, representando o principal veículo para uma ampla reestruturação da vida sexual que, consoante à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizou atividades sexuais que ameaçassem a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuíssem o tempo e a energia disponíveis ao labor. Nesse sentido, a igreja fez da sexualidade uma questão de Estado.

Nas sociedades capitalistas, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, ou seja, o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens e forçado a atuar como meio de reprodução e acumulação de trabalho. Sendo assim, a discriminação contra as mulheres é uma formação do capitalismo, construída com fundamento nas diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais. (FEDERICI, 2019a)

Silvia Federici (2019b, p. 76-79) afirma a omissão quanto à resistência das mulheres à invasão europeia nos territórios latino-americanos, à colonização, aos cercamentos de terras, à imposição da família nuclear e à apropriação e destruição de seus corpos e saberes. A repressão do desejo feminino foi posta a serviço de objetivos utilitários e, como seu potencial subversivo foi exorcizado e interdito no contexto da caça às bruxas, a sexualidade feminina foi recuperada num contexto de matrimônio e procriação. As mulheres foram submetidas a um tipo de agressão organizado internacionalmente, aprovado pelas leis, e abençoado pelas religiões.

No capitalismo, portanto, o sexo existe como força produtiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado e se mostra um meio de pacificação e compensação pela miséria cotidiana. Fora do casamento, da procriação e do controle tanto masculino quanto institucional, a sexualidade foi representada como perigo social na história, uma ameaça à disciplina do trabalho e um obstáculo à manutenção das hierarquias sociais e às relações de classe. (FEDERICI, 2019b, p. 76-78)

Michel Foucault (1988, p. 8) dá aporte à teoria de Federici ao afirmar que a sexualidade é encerrada, se muda para dentro de casa e é confiscada pela família conjugal, que a absorve inteiramente na seriedade da função reprodutiva. Se cala em torno do sexo e a lei é ditada pelo casal, legítimo e procriador. Um modelo é imposto e a norma se faz reinar.

Geni Daniela Nuñez, João Emanuel de Oliveira e Mara Coelho de Souza Lago (2021, p. 85) afirmam que a colonialidade é um sistema de monoculturas. Dentre essas, os autores citam a monossexualidade, o monoteísmo e a monogamia. Esses modelos são uma reivindicação pela exclusividade, não um direito a fazer parte, ser um dentre outros. Ou seja, no monossexismo e na heteronormatividade, não se trata de pautar a heterossexualidade como uma dentre muitas possibilidades sexuais, mas como a única legítima.

Brigitte Vassalo (2022) afirma que o pensamento monogâmico não é apenas uma prática, mas uma norma ligada aos modos de produção capitalistas, racistas, patriarcais e heterocentros, capaz de retirar privilégios aos que fogem a esse sistema impositivo. A autora propõe, portanto, uma nova política dos afetos que confronte o pensamento monogâmico para que sejam construídos mundos cuja monogamia não mais atue, tanto no âmbito privado, dentro das relações, quanto no público, nas manifestações desse sistema na política e hierarquia social. Nesse sentido, Simone de Beauvoir (1967, p. 436) afirma:

O amor autêntico deveria assentar no reconhecimento recíproco de duas liberdades; cada um dos amantes se sentiria então como si mesmo e como o outro: nenhum abdicaria sua transcendência, nenhum se mutilaria; ambos desvendariam juntos, no mundo, valores e fins.

Diante do acima exposto, mostra-se contundente a reflexão da norma monogâmica no questionamento de hierarquias sociais e sistemas impositivos tais quais a religião e a família nuclear heterocentrada. Além disso, subverter o padrão

apresentado pela mídia, política, família e igreja, demonstra uma forma de libertar a norma sexual a fim de ressignificá-la, possibilitando que não somente mulheres cis se apropriem desta como símbolo de pertencimento de seus próprios corpos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mulher adulta, como apresentado, ocupa um papel generificado nas sociedades ocidentais contemporâneas ao exercer os papéis correlacionados de esposa e mãe, ainda que leve consigo conquistas acadêmicas, econômicas e profissionais. Essa realidade se mostra, de acordo com os dados bibliográficos levantados, como reflexo de uma religião que trata o sexo fora do casamento como pecaminoso e digno de castigo e, também, da acumulação primitiva do capital que sujeitou mulheres e crianças à categoria de propriedades de um pai de família.

O casamento, portanto, é resultado da consolidação do movimento colonial cristão que tem seus fundamentos no capitalismo, na heterocisnormatividade e também na divisão sexual do trabalho. A monogamia, nesse sentido, molda o sistema não só familiar como também molda a organização da sociedade e dos Estados-nação⁴.

A ascensão feminista e também os estudos de gênero, em contrapartida, produzem discursos que questionam esse sistema normativo que gerencia e privatiza os afetos e, conseqüentemente, favorece o declínio do modelo imposto da família nuclear generificada e estratificada. A não-monogamia, nessa esteira, vem como contraproposta a esse modelo, propondo uma espécie de “não-modelo”, entendendo que a monogamia é praticada em virtude da norma que foi imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de concluir o presente trabalho, a pesquisa se propõe a contribuir com os estudos de sexo, gênero e família, não buscando o esgotamento da temática mas a ampliação do debate. Fica claro, de acordo com a bibliografia já apresentada, que as reflexões acerca da monogamia e da família nuclear devem se atentar a questões de gênero, raça, classe e credo.

⁴ Não à toa a palavra “pátria” deriva de “pater”

Questiona-se a existência de um dispositivo legal que presume um corpo sob a propriedade de uma instituição, nesse caso, gerenciada pelo patriarca. Um acordo que envolve igreja e Estado na tutela de fêmeas e infantes e é romantizado em nome do “amor” que, na realidade, se manifesta no trabalho reprodutivo não remunerado.

Esse ideal de suficiência, de realização a partir do pertencimento à uma família revela o marketing omissivo a qual o amor romântico é submetido, promovendo a idealização de um trabalho que demanda o silenciamento tanto dos desejos como das insatisfações não apenas sexuais mas também políticas da mãe de família que, nesse caso, manifesta-se como indivíduo submetido, o “outro” do pai de família. Privatiza-se o cuidado e roteiriza-se a intimidade dentro do lar. O sexo é normatizado e posto à serviço da reprodução, que dá aporte à mão de obra e o acúmulo de capital.

Os argumentos de cunho religioso ainda freiam o alcance das mulheres à autonomia sobre seus corpos, as demandas por autonomia sexual e reprodutiva encontram barreiras nos argumentos fundamentados na ideia cristã de moral e, a monogamia até hoje apregoada pela igreja opera de maneira ainda mais exclusivista ao propor que uma pessoa tenha apenas um parceiro sexual durante a vida e que esse contato sexual se dê somente após a consagração do matrimônio.

A não-monogamia, nesse sentido, vem propor uma subversão da norma de escassez do amor colonial, propondo alternativas decoloniais à manifestação da sexualidade de maneira que os indivíduos não mais busquem se encaixar num sistema que os exclui, mas encontrem novas alternativas que ressoem com suas liberdades individuais.

Ressalto que o trabalho é uma pesquisa em andamento cujas reflexões e conclusões não se encontram desde já consolidadas. No entanto, a teoria feminista e os estudos de gênero analisados até o presente momento, manifestam a necessidade de repensar os arranjos sociais a fim de uma forma de vida pautada na sustentabilidade das relações.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. **Tradução de Sérgio Milliet**, v. 2, p. 2, 1967.



FEDERICI, Sílvia. **Caliba e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019b.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

NÚÑEZ, Geni Daniela; DE OLIVEIRA, João Manuel; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Monogamia e (anti) colonialidades:: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, 2021.

OYĚWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. Editora Elefante, 2022.